



1  
2 GOVERNO FEDERAL  
3 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12

13 **ATA DA I REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE**  
14 **ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CONATRAP)**  
15  
16  
17

18 **Brasília/DF.**  
19 **17 e 18 de janeiro de 2018**  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30

31 Aos dezessete e dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, no Shopping ID, 2º  
32 andar, Torre A, Sala 210 (Sala de Treinamento Ana Paulo Galdino), Brasília, DF, foi realizada a  
33 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas  
34 (Conatrap), instituído pelo Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, órgão da Secretaria  
35 Nacional de Justiça do Ministério da Justiça. A reunião foi aberta pelo senhor Rogério Augusto  
36 Viana Galloro, (Secretário Nacional de Justiça e Presidente do CONATRAP do Ministério da  
37 Justiça), que deu as boas-vindas aos presentes e, ciente das iniciativas do CONATRAP, destacou  
38 a questão do mandato do Comitê. Ressaltou como o ano de 2017 foi difícil para o Ministério de  
39 Justiça e Segurança Pública em razão da movimentação dos representantes oficiais do governo.  
40 Geraldo Nugolli (Diretor do DPJUS/MJ) mostrou a importância de manter a equipe atual da  
41 Coordenação Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Renata Braz (Coordenadora Geral  
42 de ETP) destacou os desafios que a coordenação vem enfrentando desde 2016, principalmente  
43 pela ausência de reuniões. Destacou como a principal ação do ano de 2017 a realização do I  
44 Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado no Rio de Janeiro em  
45 setembro. Afirmou que o foco da I Reunião Extraordinária será tratar do mandato para regularizar  
46 a atuação do próprio coletivo. Em seguida, cada membro da equipe da Coordenação Geral de  
47 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas se apresentou: Marina Bernardes de Almeida  
48 (Coordenadora de Gestão da Política e dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de  
49 pessoas), Andrea Maria de Oliveira Farias (Chefe da Divisão de Articulação da Rede e Gestão  
50 do CONATRAP), Maria Fernanda Jorquera Briceño (Analista Técnica de Políticas Sociais),  
51 Marina Soares Lima Borges (prestadora de serviço), Maria Celva Bispo dos Reis (prestadora de  
52 serviço) e Johnes dos Santos Salustiano (prestador de serviço). Na sequência, rodada de  
53 apresentação dos participantes: Débora Tito Farias (MPT); Anita Cunha Monteiro (SPM);  
54 Delegada Janaina Gadelha (PF); Eliane da Silva Souza (CNPIR); Sandra Santos (Instituto  
55 Aliança); Roberta Fernandes de Souza (Astral); Andréa Ribeiro Silva (Sodireitos); Rosangela  
56 Maria Soares Santos (CNAS); Vivian Santarém (DPU); Luiz Alberto Matos dos Santos (CNIG);  
57 Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos (MDH); Lorena Meireles da Silva (Senasp); Pedro Paulo  
58 Bicalho (CONASP); Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (Rede de Núcleos e Postos); Maria  
59 Ione Vasconcelos Menezes (Unit); Maria Aparecida Menezes Vieira (DAVIDA); Jeanete Assad  
60 Mazzeiro (CNDM). Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente do CONATRAP mostrou a  
61 atual estrutura da SNJ, demonstrando que, mesmo com as trocas ministeriais, as atividades da  
62 CGETP não paralisaram e ressaltou que o Comitê deve ser visto cada vez mais como uma  
63 plataforma de conscientização das autoridades governamentais. O primeiro passo será dado nesta  
64 reunião e logo na sequência na validação e aprovação do III Plano Nacional de Enfrentamento  
65 ao Tráfico de Pessoas, de modo a fortalecer o CONATRAP. Renata Braz (CGETP) iniciou  
66 reconhecendo a importância da expertise dos membros deste Comitê, que não pode ser perdida,  
67 inclusive para que contribuam para o processo eleitoral das entidades. Apresentou a pauta da  
68 reunião e a programação dos trabalhos, ambos aprovados em plenária. Em seguida, apresentou  
69 os principais dispositivos do Regimento Interno do CONATRAP, que impactam no processo  
70 eleitoral. Explicou que, em consulta à Consultoria Jurídica do MJ, o mandato dos representantes  
71 do Comitê expirou em 31 de dezembro de 2017. Mencionou que duas entidades solicitaram a  
72 retirada do colegiado: Projeto Trama e Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos  
73 Reprodutivos e complementou que há 5 conselhos com representatividade do governo e outros 5  
74 representando a sociedade civil. Esclareceu que o Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, é  
75 o principal instrumento jurídico norteador de todo esse processo. Eliane da Silva Souza (CNPIR)  
76 frisou que o entendimento da CNPIR com relação a suplência e titularidade é governamental.  
77 Destacou a Feira Simone Borges e os trabalhos do IMDH com as fronteiras. Ressaltou a  
78 importância de conhecer a fundo os 5 cadernos eletrônicos e depois realizar a impressão via papel  
79 para os locais de fronteiras. Renata Braz (CGETP): destacou que no site do MJSP há um espaço  
80 bem completo onde são divulgadas informações e publicações. Continuou com a apresentação

81 do histórico da recondução, explicando que a Consultoria Jurídica do MJ entendeu que não cabia  
82 ao CONATRAP realizar sua própria recondução. Outro aspecto levantado pela CONJUR/MJ  
83 refere-se à dúvida se o mandato seria das entidades ou das pessoas. Relatou que trocou  
84 informações com as consultoras técnicas que trabalhavam com a Coordenação à época e verificou  
85 que o mandato, desde o início, sempre foi das entidades. Os trabalhos seguiram nessa linha, mas  
86 essa questão deve ficar clara tanto no regimento interno quanto no decreto. Outro ponto crítico  
87 refere-se à representatividade conjunta dos núcleos (titular) e postos (suplente). Jeanne de Aguiar  
88 (rede de núcleos) manifesta sua discordância, defendendo que deveria ser destinada uma cadeira  
89 para os núcleos e outra para os postos. Renata Braz (CG ETP) esclarece que é preciso seguir o  
90 que está no Regimento Interno e, no momento, está estabelecido que há apenas um assento  
91 compartilhado entre um representante dos Núcleos e um representante dos Postos. Caso o  
92 colegiado entenda que esta é uma demanda legítima, será necessário alterar o Decreto. Andréa  
93 Ribeiro (Sodireitos) concorda com a representante dos Núcleos e Postos, pois há cidades que não  
94 estão em sua totalidade representadas por estarem na ponta. O Presidente do CONATRAP  
95 ressalta que essa questão deverá ser melhor debatida, analisada e encaminhada pelos  
96 representantes do próximo mandato. Em seguida, abre a palavra para três novos presentes que  
97 chegaram atrasados: Andreia Figueiredo Minduca (CONATRAE); Rodrigo Moreles Arevalos  
98 (CNTUR) e Gilvando Guilherme de Albuquerque Andrade (DPRF). Jeanete Assad (CNDM)  
99 ressalta a importância do processo de eleição e menciona que seu conselho recentemente passou  
100 por momento similar, em que se criou uma subcomissão eleitoral para a elaboração de edital de  
101 seleção. Renata Braz (CGETP) esclarece que, em virtude do parecer da CONJUR, emitido em  
102 16 de janeiro, às 20h, a 8ª Reunião Ordinária teve que ser convertida na I Reunião Extraordinária.  
103 Rosangela Maria (CNAS) resumiu o entendimento e esclarece que apesar da dúvida com relação  
104 às datas de término do mandato, o CONATRAP nunca deixou de existir. Neste momento, em  
105 virtude de necessidade, o Presidente está agindo *ad referendum* e tomará decisões, sendo que  
106 estaremos como colaboradores. Parabeniza a Coordenação Geral de ETP por considerá-los como  
107 especialistas nesta reunião. Diz agora entender melhor o contexto da emissão inicial somente dos  
108 bilhetes e depois a concessão de diárias. Renata Braz (CGETP) informa que depois fará um  
109 comunicado sobre as diárias, pois muitos dos presentes são de Brasília. Segue com a apresentação  
110 do processo eleitoral, quando inicialmente se previu a criação de subcomissão eleitoral, cuja  
111 proposta não chegou a ser concretizada, pela falta de paridade dos representantes da sociedade  
112 civil. Hoje é a primeira vez que se tem dois instrumentos para serem balizadores do processo: o  
113 Decreto nº 7.901/2013 e o Regimento Interno do CONATRAP (Resolução nº 1/2016 MJ). No  
114 entanto, com base no Parecer nº 71/2018 da CONJUR/MJ, não será possível a formação da  
115 subcomissão eleitoral. Aproveita o momento e esclarece a questão de passagens e diárias  
116 passagens de orçamento de 2017 e as diárias com duodécimo de orçamento. Pede desculpas pelo  
117 transtorno gerado pela demora da concessão de algumas diárias. O Presidente do CONATRAP  
118 complementa a explicação apresentada, explicando que final de ano/início de ano são os piores  
119 meses para lidar com despesas orçamentárias. Apesar dos problemas, considera que a reunião  
120 atingiu seu propósito com muito êxito. Em seguida, abre para contribuições de todos. Eliane da  
121 Silva Souza (CNPIR) ressalta a situação dos mandatos do seu conselho. Diz que acumula o título  
122 de titular e suplente. Relatou que no momento da recondução, não havia outra pessoa a ser  
123 indicada e permaneceu neste comitê. Enfatiza que está no período de férias, e que por questão  
124 moral está presente, exatamente por não ter suplência. Considera relevante estar presente para  
125 preservar a memória institucional de participação da CNPIR neste espaço de diálogo e construção  
126 de política pública. Enfatiza que tudo deveria ser documentado como também ter registro em  
127 vídeo áudio. Maria Aparecida Menezes (DAVIDA) defende que é preciso divulgar mais  
128 amplamente a pauta do tráfico de pessoas, pois, pela falta de conhecimento da temática, muitos  
129 atores desconhecem o que fazer na ponta, não há uma padronização nos procedimentos adotados.  
130 Cita o exemplo de possível deportação de uma garota de programa traficada, residente em Minas

131 Gerais, alegando que não houve manifestação da Polícia Civil. Sugere a possibilidade de se criar  
132 algum mecanismo que identifique os membros do CONATRAP (como uma carteira) e também  
133 viabilizar palestras sobre o tema nos principais centros de vítimas. Ressalta que fez uma cartilha  
134 sobre ETP e irá distribuir entre os presentes. Roberta Fernandes (Astral) reforça a importância  
135 de fortalecer a rede que, a seu ver, não está funcionando como deveria. Acredita que os  
136 representantes devem buscar cada vez mais fortalecer a rede de enfrentamento. Deve-se também  
137 buscar a capacitação da Polícia Federal para ir além da criminalização da vítima. Em fala sobre  
138 a importância da memória institucional, afirma que adquiriu muito conhecimento passado pela  
139 ASBRAD e que inclusive foi consultora da novela Salve Jorge. Também traz a experiência do  
140 Projeto Casulo. Jeanne de Aguiar (Rede de núcleos) ressalta a importância dos núcleos e postos.  
141 É muito importante que todos os órgãos, sobretudo os parceiros da PF e PRF, busquem fortalecer  
142 cada vez mais o trabalho em conjunto com a rede. Janaina Costa de Oliveira Gadelha (PF) afirma  
143 que há uma dificuldade por parte do Estado com relação ao enfrentamento ao tráfico de pessoas.  
144 Integrar o trabalho em conjunto principalmente na aérea de fronteira, onde as dificuldades são  
145 maiores, é um desafio. Isso porque há muita falta de conhecimento por parte dos diferentes atores  
146 envolvidos: a própria vítima, familiares e sociedade como um todo. Minimizar esses desvios de  
147 informações e fortalecer a rede são ações primordiais. Ressalta que a primeira ação que está por  
148 vir é a aprovação do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Andréa Ribeiro  
149 (Sodireitos) parabeniza o esforço de toda a equipe da CGETP e ressalta a questão da militância  
150 de sua entidade. Destaca que, na região da Ilha do Marajó (Pará), há um elevado número de  
151 situações de transfobia, motivo pelo qual faz-se necessário haver mais capacitações na região.  
152 Ressalta que está presente como suplente da Angélica, e que também é assistente social. Destaca  
153 que devido à falta de verba e recursos financeiros, ficam impossibilitados de seguir com ações.  
154 Maria Ione Vasconcelos Menezes (Unit) expõe como a descontinuidade da gestão governamental  
155 prejudica o desenvolvimento da pauta. É preciso haver divulgação dessa temática e mais  
156 capacitação, pois essa temática ainda é pouco conhecida. Discutiu-se a possibilidade de  
157 disseminação de informação dentro da área de assistência social. Rosângela Maria (CNAS)  
158 concorda com a urgência do fortalecimento da rede. Entende que independente da criação de uma  
159 carteirinha de identidade dos membros do CONATRAP é relevante que este espaço esteja  
160 garantido para trazer a vivência da base. Enfatiza a relevância de se lembrar das pessoas que  
161 estão na ponta e se questiona como elas podem ter acesso ao que está sendo deliberado nesta  
162 reunião. Afirma que provavelmente não estará na próxima gestão e que esse diálogo está sendo  
163 de grande valia para poder passar as informações a próxima gestão e a demais companheiros. É  
164 importante que este comitê diga o motivo para que veio. Deseja que a próxima pleno tenha essa  
165 preocupação com esse espaço. Renata Braz (CGETP) destaca que o foco da Política Nacional de  
166 ETP está voltado para a população vulnerável, que foram apontadas durante as falas. A questão  
167 do conhecimento sobre esta temática é primordial, por isso temos focando tanto em capacitações.  
168 Enfatiza que CGETP foi criada e por isso a equipe cresceu. Fala brevemente sobre o Projeto  
169 Glo.Act, que possibilitou auxílio financeiro para a realização de algumas atividades durante o  
170 ano de 2017, como o I Seminário Internacional de ETP e Contrabando de Migrantes, capacitação  
171 em Roraima, Cárceres, Ilha do Marajó e Goiânia. Mencionou que, para o fortalecimento da rede,  
172 é importante haver diálogo e que os próximos integrantes têm o papel de mostrar a que vieram.  
173 No momento, ainda que já tenha sido superada a etapa de construção do regimento interno, este  
174 pode e deve ser revisado. Pedro Paulo (CONASP) afirma que o fortalecimento do CONATRAP  
175 e da Rede está presente na fala de todos, ressaltando a importância de haver um dispositivo para  
176 que os conselhos conversem e dialoguem. Destaca que o Conasp não se reúne e não há previsão  
177 de nova reunião. Por essa razão, conclui que o CONATRAP está um passo à frente. Rosângela  
178 Maria (CNAS) destaca que nenhum órgão está neste espaço a passeio e sim para viabilizar e  
179 efetivar as demandas da sociedade civil. Jeanete Assad (CNDM) reforça a urgência de se ter uma  
180 motivação para que as pessoas despertem interesse sobre essa temática. Claudia Giovannetti

181 (MDH) menciona que, com relação aos colegiados ligados aos Ministério dos Direitos Humanos,  
182 houve um esforço da Secretária Nacional de Cidadania, Flávia Piovesan, no sentido da  
183 manutenção e fortalecimento desses espaços. Luís Alberto (CNIG) entende que, ao se tratar do  
184 trabalho análogo ao do escravo, houve um aumento da capilaridade de atuação; sendo assim,  
185 temática poderia ser dialogada com a pauta de enfrentamento de tráfico de pessoas para poder  
186 fortalecer ambas as pautas. O Presidente do CONATRAP concorda que houve um rico debate  
187 com relação às demandas reprimidas, por isso julga necessário apontar os gargalos e propostas  
188 para a solução desses problemas. O CONATRAP é um colegiado relativamente novo e está em  
189 seu processo de fortalecimento. Com relação à situação do CONASP, coloca-se à disposição para  
190 tratar do tema com o Presidente desse conselho. Também destacou a fala da Jeanete Assad  
191 (CNDM), em que o CONATRAP precisa ser mais fortalecido para poder superar todos os  
192 desafios que estão ocorrendo. É necessário ter uma voz política e social muito grande. Parte da  
193 solução vem disso. Há representantes de vários órgãos para fortalecer a rede. Enquanto  
194 Presidente deste Comitê, a maior responsabilidade é buscar a inserção do CONATRAP em  
195 diversas plataformas nacionais e internacionais. É importante também a inserção do ETP nas  
196 universidades e ir além, nas escolas como exemplo. Salientou que em breve terá uma reunião  
197 com a Reitora da UnB e que buscará relacionar as ideias aqui debatidas com ela. Ressaltou a fala  
198 da Andréa Ribeiro (Sodireitos), em que a carteirinha de identidade dos membros do CONATRAP  
199 pode ser uma faca de dois gumes. Será necessário que a próxima gestão pense nas vantagens e  
200 desvantagens dessa medida. O importante é garantir a efetividade dessa medida. Todos são  
201 culpados pelos ônus e bônus deste Comitê, por isso que quanto mais estivermos em diálogo  
202 melhor será para o seu fortalecimento. O CONATRAP tem que ser mais forte que seus membros,  
203 buscando desenvolver uma visão conjunta sobre a efetivação da política pública e da mudança  
204 de ideias da sociedade. Enfatiza que a reunião não acaba nesse momento e sim que é um momento  
205 de voltar com dever de casa e cada um fazer sua parte. A próxima gestão também estará bem  
206 subsidiada com a memória institucional, eficiência e transparência que a CGETP realiza  
207 diariamente. Enfatiza o que disse anteriormente, que venham não só com reclamações e  
208 problemas, mas que tentem visualizar também sugestões, melhorias e soluções. Agradece a todos  
209 os presentes pela atenção e deseja um bom almoço, indicando o horário das 14h30 como retorno  
210 e com a pauta da leitura do edital. No período da tarde do dia 17, Renata Braz (CGETP) propõe  
211 que a validação da minuta do edital elaborada seja feita com a leitura de cada bloco e posterior  
212 abertura para considerações e dúvidas da plenária. Sugestão acatada pelos presentes, é iniciada a  
213 leitura do edital. Ana Carolina Alves (MPF) questiona a não formação da subcomissão eleitoral.  
214 Renata Braz (CGETP) esclarece que esse tópico foi explanado no período da manhã e resume a  
215 questão de número insuficiente de representantes do segmento da sociedade civil para  
216 composição da referida subcomissão, a qual exige paridade com relação aos membros  
217 representantes do segmento governamental. Continua leitura com a sessão I, II e III lidas e  
218 aprovadas. Ana Carolina Alves (MPF): sugere que seja exigido o título de eleitor para que a  
219 pessoa possa votar, pois essa medida traz mais legitimidade e transparência ao processo. Débora  
220 Tito Farias (MPT) afirma que deve ser solicitado o menor número de exigência possível para que  
221 seja possível um número elevado de eleitores. Renata Braz (CGETP) concorda com o  
222 posicionamento da representante do MPT e explana que muitos não possuem título de eleitor.  
223 Também ressalta a importância de o processo ser o mais universal possível em sua abrangência  
224 e capilaridade, sendo o papel da CGETP proporcionar meios e facilidade para atingir o maior  
225 número de eleitores possíveis. Após debate sobre viabilidade ou não dessa exigência, entendeu-  
226 se retirar a exigência de título de eleitor para votação e seguiu-se com a leitura do edital. Renata  
227 Braz (CGETP) confirma a inclusão das sugestões e ajustes e em seguida encerra os trabalhos do  
228 dia. Na manhã do dia 18, Geraldo Nugolli (DPJUS) inicia desejando uma produtiva manhã de  
229 trabalho a todos. Renata Braz (CGETP) anuncia que o objetivo do dia será mostrar o que a  
230 CGETP tem feito. Apresentou as principais atividades realizadas no eixo da capacitação:

231 Cáceres/MT, I Seminário Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao  
232 Contrabando de Migrantes, Ilha do Marajó, Goiânia. Especificamente sobre a capacitação na Ilha  
233 do Marajó, Maria Fernanda (CGETP) destacou que as exposições aconteceram nos municípios  
234 de Breves e Portel, locais de difícil acesso que para se chegar é necessário 13 horas de barco. É  
235 uma região com possui alta concentração do trabalho infantil, principalmente em atividades  
236 domésticas, na pesca e turismo, além da exploração da mendicância de crianças. A aproximação  
237 com a Guiana Francesa e o Suriname faz com que a região também seja afetada por rotas  
238 marítimas de barcos que buscam o turismo nas riquezas naturais que a região oferece e o turismo  
239 de exploração sexual de crianças e adolescentes. Urge-se dar luz a essa situação e realizar  
240 medidas e soluções em conjunto. No Simpósio de Goiânia, deve-se destacar importante iniciativa  
241 da confecção de um plano regional. Renata Braz (CGETP) lembrou a todos que a coordenação  
242 não produz dados, mas sim compila dados dos parceiros. Por isso, não é possível sinalizar um  
243 número exato do fenômeno do tráfico, pois a mesma vítima pode ter passado pelos mais diversos  
244 órgãos; ainda assim trabalhar os dados é uma questão a ser melhor desenvolvida. Vivian  
245 Santarém (DPU) aduz que, alguns anos atrás, o Ministério da Justiça desenvolveu uma  
246 metodologia integrada de dados. Seria importante resgatar esse trabalho, pois sem uniformização  
247 dos dados fica complicado possível planejar adequadamente a execução de uma política pública.  
248 Renata Braz (CGETP) esclarece que essa metodologia foi desenvolvida em 2013 e estava  
249 atrelada ao Sinesp, que, por sua vez, está vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública  
250 (SENASP). A parte inicial do trabalho consistia na coleta dos dados. A reativação do Sinesp foi  
251 levantada no ano de 2017. O plano nacional está passando por uma repactuação. A metodologia  
252 pode ser revista para ser utilizada. Sandra Santos (Aliança) lembra que a questão dos dados  
253 sempre é discutida. Em outro colegiado também se levantou a possibilidade de utilizar o Sinam,  
254 que é um banco de dados muito completo e pode ajudar nessa ausência de dados. Pedro Paulo  
255 (CONASP) complementa que não se pode reduzir o tema da violência ao tema da mortalidade,  
256 sobretudo, quando se trata de violência contra LGBT. Órgãos de pesquisa brasileira como o  
257 CNPq e CAPES tem importante gestão e deve-se articular com os órgãos públicos para estreitar  
258 os laços. Roberta Fernandes (Astral) enfatiza que os dados são de mortalidade. Nesse caso, o  
259 Sinan é a fonte mais confiável. Contudo, no prontuário não consta nome social, identidade de  
260 gênero. Agora que estamos discutindo a orientação social. Complementa que o número de  
261 vítimas LGBT apontado nos dados de ETP estão subdimensionados justamente devido a essa  
262 realidade. Há um caminho da violência que deve ser analisada. Andréa Ribeiro (Sodireitos)  
263 concorda sobre importância do banco de dados Sinan. Deve-se efetivamente amadurecer essa  
264 ideia. Rosângela Maria (CNAS) relata que o Ministério do Desenvolvimento Social que faz a  
265 política e o Conselho constrói. É necessário se ter uma tentativa de sinalizar uma ação de  
266 denominador comum. Stefane Natália (MDS) agradece a oportunidade de estar presente na  
267 reunião e complementa que a gestão a nível federal e o CNAS trabalham em parceria. Anita  
268 Cunha (SPM) relata que, com relação à questão da LGBTfobia, a SPM elaborou um parecer  
269 sobre a inclusão da categoria LGBT no Sinan. Há uma perspectiva de mudança. Outro ponto  
270 abordado refere-se à unificação dos dados. Uma das previsões é do atendimento unificado,  
271 contudo, para isso, é necessário fornecer suporte para as estruturas que estão nas pontas. E,  
272 atualmente, há cada vez menos recursos disponíveis. Outra questão para finalizar o serviço de  
273 denúncia do Ligue 180 é que quando se recebe o relato de violência, eles geralmente são vagos  
274 e não tratam explicitamente do crime de tráfico de pessoas. O maior desafio é com relação a  
275 própria natureza do crime de tráfico. Não adianta fazer uma capacitação ou outra, se não houver  
276 continuidade do trabalho local. Deve-se buscar continuidade e ampliação das ações nos locais  
277 em que o MJ já atuou. A rede sozinha não dá conta, se não houver continuidade de recurso. Maria  
278 Aparecida Menezes (DAVIDA) levanta a questão da prostituição. No código de palermo, é  
279 crime. Foi com esse intuito que a Associação lançou a cartilha, pois muitas mulheres, ao tentarem  
280 exercer a prostituição em outros países, são presas. A surpresa é que as pessoas que deveriam

281 proteger são os que fazem o aliciamento. Débora Tito Farias (MPT) afirma que os dados não  
282 deixaram de ser polêmicos, mesmo que o artigo 149-A tenha sido um ganho. Há uma necessidade  
283 de trabalhar o dado. O ano de 2016 não foi um ano perdido em razão do nascimento do 149-A.  
284 Vivian Santarem (DPU) ressalta a necessidade de fortalecimento dos Núcleos e Postos, a  
285 exemplo da situação que acontece no Aeroporto do Rio de Janeiro, onde a Polícia Federal não  
286 permite que ninguém do Posto chegue até o conector, enfraquecendo a ação. Foi feito um vídeo  
287 curto para passar nos aeroportos e justamente o Aeroporto do Galeão se recusou a reproduzir o  
288 material. Já aconteceu de vítima ficar 3 dias vagando para encontrar o Posto (PAAHM). Devemos  
289 sinalizar a indicação de núcleos e postos mais vulneráveis, pensando no fortalecimento da rede,  
290 pois ela está inserida na política de estado. A lei foi um grande avanço, mas ela foi aquém do  
291 conceito do protocolo. Já se deparou com casos de tráfico de pessoas que levam drogas não  
292 entram nessa tipificação de 149-A, além de não ser clara nesse aspecto. Andreia Figueiredo  
293 (CONATRAE) afirma que, em 1995, o Brasil reconheceu a existência o trabalho escravo. Se  
294 formos esperar dado, não se consegue começar a trabalhar. Claudia Giovannetti (MDH) resgata  
295 que, em 2016, quando a SDH fazia parte da estrutura do MJ, houve um concurso de sentenças  
296 em condenações envolvendo violações de direitos humanos. No concurso, foi criada a categoria  
297 de tráfico de pessoas, porém não houve premiação, pelos poucos juízes inscritos. Renata Braz  
298 (CGETP) menciona que o Conselho Nacional de Justiça também está com uma atividade bem  
299 relevante por meio de consultoria. Dando seguimento a pauta, apresenta o planejamento das  
300 atividades da CGETP para o primeiro semestre de 2018, culminando no lançamento do III Plano.  
301 Ressalta que, no ano de 2018, teremos Copa do Mundo e eleições, o que pode impactar no  
302 desenvolvimento de algumas atividades. Em seguida, Marina Bernardes (CGETP) apresenta  
303 brevemente a metodologia de construção do III Plano (avaliação do II PETP, escuta pública no I  
304 Seminário Internacional, Análise de factibilidade pelos órgãos envolvidos, análise pelo  
305 CONATRAP, consulta pública virtual para priorização, lançamento). Logo após o lançamento  
306 do III Plano, acontecerá 5ª semana de mobilização em julho de 2018. Roberta Fernandes (Astral):  
307 ressalta que esta foi a melhor reunião do CONATRAP até então. Nós nos sentimos muitos sós e  
308 quando nos sentimos acolhidos e receptivos para dialogo é muito positivo. Esclarece que o  
309 Projeto Casulo é um modelo de casa de passagem e não de abrigo, que foi embasada nas crianças  
310 órfãs. Por fim, coloca-se à disposição para auxiliar no que for necessário. Rosângela Maria  
311 (CNAS) informa que o CNAS está construindo um plano para trabalhar com imigrantes. Ano de  
312 eleição é relevante para levar a expertise de cada conselho. Não estará na próxima gestão do  
313 CONATRAP por uma decisão pessoal, mas espera que seja um espaço de diálogo para melhoria  
314 e contínuo aperfeiçoamento das políticas públicas. Afirma a importância de fortalecer esta  
315 agenda. Parabeniza Renata e a equipe da CGETP, que fizeram isso de maneira muito eficaz.  
316 Renata Braz (CGETP) mostra que na página do tráfico de pessoa no site do MJ constam todas as  
317 atas e informações referentes à eleição das entidades. Eliane da Silva Souza (CNPIR) ressaltou a  
318 necessidade de se continuar com o diálogo e sugere que o trabalho das reuniões seja de áudio  
319 visual também. No caso do CNPir, a quarta conferência foi adiada para maio deste ano de 2018,  
320 no Maranhão. Destaca sua participação em São Luís e também a vulnerabilidade do Estado.  
321 Deseja boa a viagem para quem vai voltar. Andreia Figueiredo (CONATRAE) coloca a  
322 CONATRAE à disposição, ressaltando que a aproximação das pautas é muito positiva para  
323 oxigenar ideias. Informa que, na última semana de janeiro, serão realizadas várias atividades em  
324 todos do combate ao trabalho escravo, cujo dia mundial é 28 de janeiro. Lorena Meireles da Silva  
325 (SENASP) afirma que o secretário já sinalizou uma nova estrutura do Conasp e que as  
326 providências estão sendo tomadas. Jeanne de Aguiar (rede de núcleos) parabeniza a SNJ pela  
327 realização da reunião, agradecendo também em especial a Polícia Federal (PF) e Policia  
328 Rodoviária Federal (PRF) com as *blitz* educativas que foram muito eficientes. Agradece  
329 especialmente a Celva pelas mensagens a todos e reforça a mensagem de que todos procurem os  
330 núcleos e postos para que se fortaleçam. Guilherme de Albuquerque (PRF) agradece e diz que

331 2017 foi bem turbulento, mas que, em 2018, estarão mais ativos. O Presidente do CONATRAP  
332 retorna para o encerramento, afirmando que, certamente durante sua ausência, os trabalhos e  
333 discussões foram bem produtivos. Com relação aos dados, reconhecemos muitas dificuldades,  
334 mas muitas iniciativas de minimizar esses problemas estão sendo pensadas. A proposta de vocês  
335 e o que pode ser trazido por vocês é como ele pode fornecer dados. Com relação ao III Plano, é  
336 um grande desafio. Quanto maior o número de pessoas, mais heterogênea e mais espalhada no  
337 Brasil, melhor a representação do CONATRAP para fortalecimento da pauta. Divulguem a  
338 eleição ao máximo. As três ações devem ocorrer concomitantemente. Elas têm o mesmo nível de  
339 importância e só assim devem ter. A eleição possivelmente mudará a composição do  
340 CONATRAP, mas a participação de quem compôs, sempre será necessária, como possibilidade  
341 de participar como especialista e também de auxiliar os eleitos. Há um universo de conhecimento  
342 que deve ser exposto e escutado. Renata Braz (CGETP) parabeniza a todos os presentes e ressalta  
343 a importância de permanecerem na qualidade de consultores da temática, inclusive para uma  
344 transição tranquila e continuidade das discussões. O sucesso da reunião e de sua produtividade  
345 também é de toda a equipe da CGETP e de todos os presentes. Fim da reunião.  
346

347 Brasília, 17 e 18 de janeiro de 2018.

348

349 **Maria Fernanda Jorquera Briceño**  
350 Secretária Executiva do Conatrap